

O PATRIMÔNIO CONTRA A GENTRIFICAÇÃO: A EXPERIÊNCIA DO INVENTÁRIO PARTICIPATIVO DE REFERÊNCIAS CULTURAIS DO MINHOCÃO

Mariana Kimie Nito¹ e Simone Scifoni²

RESUMO

Como parte das políticas públicas que buscam revalorizar a área central da cidade de São Paulo destacam-se a desativação do Minhocão (Elevado Presidente João Goulart) como via de tráfego e os projetos que envolvem a sua destinação futura. Nesse caso, ambas as alternativas colocadas até o momento, seja a demolição ou a transformação em parque, significam consolidar essa área central como uma nova fronteira imobiliária e, em consequência, expulsar os moradores/trabalhadores mais pobres do centro. Com o objetivo de construir uma argumentação contrária a esse processo de *gentrificação* é que se encontra em elaboração o Inventário Participativo de Referências Culturais do Minhocão. O presente artigo busca apresentar e debater essa experiência recente e em curso. Trata-se de uma ferramenta constituída dentro do campo do patrimônio cultural e da museologia social e que está sendo utilizada no sentido de mobilizar ações e a produção de conhecimentos na defesa da permanência dos mais pobres no centro.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Inventário participativo. *Gentrificação*. Minhocão. Referências culturais.

ABSTRACT

As part of the public policies that seek to revalue the central region of the city of São Paulo, a highlight of those is the deactivation of the highline Minhocão (Elevado Presidente João Goulart) as a traffic way along with projects involving its future purpose. In this case, both alternatives states so far, i.e., its demolition or transforming it into a park, mean the consolidation of this central area as a real estate market front and, as a consequence, expelling the poorest dwellers/ workers from the city center. In order to build an argument against this process of gentrification, work is underway to produce the Participative Inventory of Cultural References of the Minhocão. This article aims to present and debate this recent,

1 Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, Arquiteta e Urbanista. E-mail: marykn@gmail.com.

2 Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo - USP, Professora do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. E-mail: simone.scifoni@gmail.com.

ongoing experience. It is a tool constituted in the field of cultural heritage and social museology whose use is oriented to mobilize actions and knowledge production in defense of the permanence of the poorest in the city center.

Keywords: Cultural heritage. Participative inventory. *Gentrification*. *Minhocão (São Paulo)*. Cultural references.

INTRODUÇÃO: AS RAZÕES DO INVENTÁRIO

Em 2006, a Emurb, Empresa Municipal de Urbanização, lançou a segunda edição do Prêmio Prestes Maia na forma de um concurso público nacional voltado à busca de propostas para intervir no Minhocão³. Naquele momento o poder público assumia definitivamente o discurso da via elevada como uma cicatriz urbana, conforme o termo usado pelo então Secretário Municipal de Planejamento (LUNA; MAGALHÃES JUNIOR, 2008). Sinalizava-se, assim, para a possibilidade de realização de intervenções na via, ou seja, a cicatriz exigia a necessidade de uma operação plástica.

Os projetos premiados apresentados na publicação organizada por Artigas, Mello e Castro (2008) demonstram que, em essência, trata-se de uma operação plástica que busca mudar a *cara* desse espaço central, deixando explícito nas imagens e desenhos em perspectiva que se quer uma transformação social. Nas imagens há a representação de grupos sociais e de uma paisagem que é muito diversa do que temos hoje, algo que se aproxima mais daqueles espaços valorizados da capital paulista como as avenidas Luís Carlos Berrini ou Faria Lima. Recursos como transparências, iluminação, cores e tratamento de imagens nos desenhos nos conduzem à visão de um *novo centro*, com outros moradores e frequentadores.

Nesses projetos, o que foi feito da vida real que lá acontece? O que foi pensado para os que lá vivem há décadas? Ou seja, pessoas reais que moram nesses bairros na medida que o aluguel barato lhes permite trabalhar no centro. O que foi pensado para aqueles que cotidianamente sentem há décadas os transtornos do barulho, da poluição e da falta de privacidade nas janelas dos apartamentos? Ou mesmo o que foi feito dos pequenos e simples estabelecimentos comerciais ou de serviços, de característica popular e de uso cotidiano, que existem com grande predominância nesse espaço? Ou seja, as oficinas mecânicas, as borracharias, os botecos que vendem salgado a um real, as bancas de jornal, as pensões, os salões de beleza, dentre outros?

³ Nome popular do Elevado Presidente João Goulart.

Os projetos e o Prêmio Prestes Maia buscam resolver *os problemas* dessa área central, partindo da desqualificação total do lugar que tem sido chamado de “zona de sombras”, por onde circulam os considerados indesejáveis do chamado *submundo* como as prostitutas e travestis, a população em situação de rua, os pichadores, entre outros.

Um “novo centro” já está em embrião desde a edição do prêmio, são mais de 12 empreendimentos imobiliários que foram mapeados no Inventário Participativo do Minhocão. Eles são destinados aos novos moradores do centro, desde os empreendimentos tipo *retrofit* da empresa Centro Novo, voltados à classe média que trabalha ali, até o recente *Smart Home & Share*, um conceito novo de edifício que disponibiliza o compartilhamento de bicicletas, carros e até um apartamento mobiliado.

Ainda que não se possa medir em números, a *gentrificação* é uma realidade presente e silenciosa e já atinge as referências culturais identificadas no inventário: o Teatro da Confraria, expressão da cultura popular teve as portas fechadas em função da retomada pelo proprietário do imóvel alugado. Tal fato se aproxima do que Smith (2006) chamou de *gentrificação* generalizada, fase na qual se supera os efeitos sobre a habitação, ampliando-se para outros setores e outras dimensões da vida urbana.

Nesse contexto de projetos concebidos de fora, que impõem uma visão elitista do centro, que desconhecem a realidade cotidiana, declarando a invisibilidade dos grupos sociais e de suas práticas, atividades, saberes, expressões culturais, modos de viver e sobreviver, é que o inventário participativo se propõe a olhar para o Minhocão colocando em evidência o que se quer ocultar, mostrando o outro lado daquilo que é desvalorizado e desqualificado. Propõe-se olhar a partir daquilo que acontece no lugar, em diálogo com quem mora, trabalha e frequenta esse território, mas principalmente colocar em evidência a perspectiva daqueles que são, hoje, mais vulneráveis a processos de valorização espacial e expulsão.

A chave adotada para a compreensão dessa realidade baseia-se na noção de referência cultural. Essa se originou dentro do campo de atuação do patrimônio cultural, nos anos 1970, e foi atualizada a partir da formulação da Política Nacional do Patrimônio Imaterial, concretizada no decreto federal nº 3.551/2000, com os Inventários Nacionais de Referências Culturais (INRC).

O Inventário Participativo é um desdobramento dessa política, mas é, antes de tudo, uma ferramenta de ação educativa ou de educação patrimonial. Nele trabalha-se com a noção de referências culturais, esta definida como o conjunto de objetos, práticas e lugares aos quais os grupos sociais atribuem sentidos ligados à sua identidade, ação e memória.

Referências são edificações e são paisagens naturais. São também as artes, os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer. São as festas e os lugares a que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. São fatos, atividades e objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reaproximam os que estão longe, para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar. Em suma, referências são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidade, são o que popularmente se chama de raiz de uma cultura (IPHAN, 2000, p. 29).

Assim sendo, o Inventário Participativo do Minhocão⁴ busca identificar e mapear as referências culturais relacionadas aos grupos que ali vivem, trabalham e usam o espaço, no sentido de mobilizar ações e conhecimentos que possam se contrapor à *gentrificação* silenciosa que ali já se iniciou. Se, já nos acostumamos a ver o patrimônio sendo usado para alavancar processos de valorização imobiliária e de *city marketing*, como no bairro da Luz, em São Paulo, ou no Pelourinho, em Salvador, no caso do Minhocão o que se pretende é trilhar o caminho inverso, ou seja, colocar a experiência do patrimônio a serviço da defesa da permanência dos mais pobres no centro da cidade, ou seja, contra a *gentrificação*.

A EXPERIÊNCIA DO INVENTÁRIO

A recente publicação do Iphan intitulada “Educação Patrimonial: Inventários Participativos - Manual de Aplicação”⁵ apresenta as orientações básicas sobre o uso dessa ferramenta, esclarecendo que o seu objetivo principal é a mobilização e sensibilização das comunidades em relação à preservação do patrimônio e que a realização do inventário deve ser entendida, antes de tudo, como atividade formativa em educação patrimonial, que envolve produção de conhecimento e participação (IPHAN, 2016, p. 6). Tal ressalva faz-se necessária uma vez que, ainda é muito comum com-

4 O inventário tem sido elaborado por uma equipe interdisciplinar que envolve dois coletivos de cultura, o Movimento Baixo Centro e a Repep (Rede Paulista de Educação Patrimonial). O Movimento Baixo Centro é um coletivo que, desde 2012, usa o Minhocão e seu entorno para a realização de atividades culturais autofinanciadas. A Repep, por sua vez, é um coletivo que atua na interface entre educação, cultura, memória e patrimônio e que, desde 2011, vem procurando compartilhar experiências práticas e reflexões conceituais no campo da educação patrimonial. Fazem parte da equipe alunos de graduação em Arquitetura, História, Geografia, Letras, Ciências Sociais, da USP e da Universidade São Judas Tadeu, além de profissionais como arquitetos e urbanistas, geógrafos, historiadores, jornalistas e outros. Ver: <baixo-centro.org> e <repep.ffch.usp.br>. Acessado em: 29/04/2017.

5 Disponível em formato digital para baixar gratuitamente em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/inventariodopatrimonio_15x21web.pdf>. Acessado em: 27/04/2017.

preender a educação como ato meramente de transmissão de conteúdos gerados de fora dela, ao invés de concebê-la como processo dialógico que envolve produção de conhecimentos, tal qual propõe Paulo Freire (2011).

Como o Inventário Participativo se alimenta da base do INRC⁶, o qual por sua vez se constitui a partir do método etnográfico, a leitura dos dois manuais de aplicação se faz necessária para melhor compreensão no uso da ferramenta e no sentido da complementação das orientações.

O inventário pode ser dividido em três fases de trabalho: a primeira é o **levantamento preliminar**, que reúne e sistematiza as informações disponíveis, a rede de contatos dos grupos sociais e a delimitação espacial; a segunda corresponde à **identificação**, ou seja, completa-se e aprofunda-se o estudo por meio da realização das entrevistas ou conversas locais para identificação e compreensão das referências culturais; e por fim, a etapa do **produto final**, momento em que se define e organiza a forma como serão socializados os resultados. O manual de aplicação do inventário participativo sugere a organização dos conhecimentos produzidos na forma de fichas e fornece como material de apoio vários modelos para tal. No entanto, cabe ressaltar que a ficha serve para organizar e sistematizar o que foi produzido, não devendo ser adotada como o ponto de partida do trabalho. É importante ressaltar, assim, que o inventário não é uma sequência de fichas a serem preenchidas.

O primeiro desafio na elaboração do estudo do Minhocão foi a delimitação do recorte espacial, o qual no INRC aparece sob o termo “sítio” e no inventário participativo sob a designação de “território”. Cabe enfatizar que o limite do sítio ou território não se dá naturalmente e nem a priori, ele é fruto de uma operação intelectual que apreende a dinâmica e os sentidos do lugar e que se dá a partir do conhecimento sobre a realidade pesquisada. Construir a delimitação espacial desse território pesquisado é assim, apreender essa geografia própria, como se afirma no manual do INRC.

Os sistemas culturais, e, portanto, as referências de um grupo social, têm, por assim dizer, uma geografia própria, que dependerá da natureza das relações sociais existentes num determinado espaço físico: a segmentação ou a estratificação social corresponderá a clivagens e diferenças culturais, com graus variados de permeabilidade, que deverão ser levadas em consideração na delimitação da área do inventário (IPHAN, 2000, p. 32).

Num primeiro momento, no estudo do Minhocão, acreditava-se que a definição do território deveria incluir as quadras lindeiras, o que lhe

6 Para melhor compreensão vide Manual do INRC. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_do_INRC.pdf>. Acessado em: 27/04/2017.

conferiu uma configuração espacial linear. Entretanto, ao definir-se como um inventário que se estrutura em função de um tema – o da *gentrificação* –, a construção do limite ganhou outros contornos. Conforme a compreensão das dinâmicas e dos sentidos do lugar avançou, estabeleceu-se a necessidade de rever tal limite, de um lado ampliando-se e abarcando outras quadras onde os processos guardam uma conexão, e por outro lado, restringir o limite em relação a quadras não vulneráveis à *gentrificação*, dada a configuração de um perfil socioeconômico mais elitizado. Nesse sentido, o limite do território ampliou-se abarcando o Largo do Arouche e a Praça Roosevelt, nas quais as práticas culturais articulam-se ao perfil do Minhocão e, por outro lado, reduziu-se o território, excluindo os trechos dos bairros de Higienópolis, Pacaembu e Perdizes, os quais contemplam realidades pouco conectadas ao que acontece no elevado.

Em se tratando de um território inserido em uma realidade urbana complexa, da área central da cidade, outro desafio do inventário do Minhocão foi a identificação dos grupos sociais, dada a multiplicidade de possibilidades de seleção. Novamente, o recorte temático do inventário a partir da *gentrificação* possibilitou circunscrever cinco grupos sociais: trabalhadores/moradores pobres do centro, ou seja, aqueles que precisam permanecer ali em função da disponibilidade de trabalho, em geral de baixa remuneração (copeiros, vigias, mecânicos, borracheiros, garçons, ambulantes, manicures etc.); grupos LGBT+, ou seja, aqueles que têm sua centralidade historicamente estabelecida no Largo do Arouche, como os frequentadores habituais, muitos destes jovens da periferia, moradores, trabalhadores do sexo (prostitutas, travestis e michês), trabalhadores de atividades complementares do comércio do sexo (atendentes de *sexshop*, cines pornôs, boates e inferninhos); imigrantes recém-chegados à cidade, muitos refugiados ou de origem de países africanos e latino-americanos que trabalham no comércio informal; população em situação de rua; trabalhadores da cultura tais como artistas de teatro, músicos, grafiteiros, pixadores, também atraídos pelo aluguel barato.

Finalizada a primeira etapa, algumas referências culturais foram se apresentando preliminarmente ao grupo de pesquisadores. Para tanto, organizou-se este conjunto de referências preliminares de duas formas: por meio das categorias do INRC e do Inventário Participativo (celebrações, expressões, lugares, saberes, edificações e objetos) e por meio dos eixos (cultura política, cultura LGBT+, arte urbana, multiculturalismo e cultura popular). A etapa em execução no presente momento diz respeito à realização de conversas, escutas locais e entrevistas com os grupos sociais, no sentido de identificar e qualificar as referências culturais já apresentadas na primeira fase. Esta fase de aproximação local tem sido a mais delicada, pois implica em estratégias de envolvimento e escuta que não se resumem

a tratar os grupos sociais meramente como informantes. O desafio é inseri-los no papel que lhes cabe, ou seja, de intérpretes das referências culturais. Isso significa que a aproximação com estes grupos envolve criar uma relação de confiança para que o inventário cumpra sua função de argumento em defesa da permanência dos mais pobres no centro.

ALGUNS RESULTADOS

A organização por eixos temáticos foi uma tática de pesquisa desenvolvida pela equipe de trabalho para lidar com a complexidade das referências culturais e com a problemática urbana enfrentada. Dessa forma, a aproximação com os grupos sociais também foi mais sensível ao tratar as referências a partir de um léxico comum a eles.

O eixo *arte urbana* engloba aquilo que é relacionado à percepção da cidade como local de diálogo e de experiências coletivas e que se localiza fora das instituições culturais (museus, televisão, galerias etc). Longe da pretensão de classificar algo enquanto arte ou não, entende-se as referências culturais deste eixo por meio de sua inserção no cotidiano de forma concreta (visual) ou efêmera (ações). São práticas que reinventam o urbano, dialogam com o espaço e com as pessoas que o frequentam, questionando e ressignificando o Minhocão.

No âmbito do eixo *cultura LGBTQ+*, a região central (principalmente na região da República e do Largo do Arouche) se sobressai como um território importante para a manifestação dos grupos LGBTQ+ e para sua história. Suas referências culturais consideram o constante fluxo de readequação e reapropriação dos espaços para abrigar seu estilo de vida sem passar por represálias e repressões. Ressalta-se que mesmo se inserindo em espaços comuns, não necessariamente as referências se misturam entre os diferentes grupos LGBTQ+.

O eixo *cultura política* considera as práticas culturais que se produzem a partir das lutas sociais e políticas, as quais buscam transformar a realidade no sentido da emancipação dos homens e de superação das formas de injustiça social e dominação política. Suas referências culturais estão ligadas a diferentes formas de luta e resistência (luta pelos direitos humanos ou das chamadas minorias; lutas contra a ditadura; lutas por moradia e direito à cidade).

Já o eixo *cultura popular* se caracteriza a partir do olhar da cultura das classes subalternas e articula referências culturais ligadas à presença dos mais pobres no centro da cidade e de suas práticas enraizadas no cotidiano. Exemplos de referências culturais são as formas de moradia precárias, como cortiços e pensões. A ideia não é defender estas condições de

moradia, mas reconhecer o direito e a necessidade de permanência destes grupos sociais e de ações públicas de melhorias da condição de morar, sem expulsá-los.

No que diz respeito ao eixo *multiculturalismo*, se articulam as referências culturais ligadas à presença de imigrantes e suas formas de organização, associativismo, solidariedade para a permanência, integração local, sobrevivência e combate a xenofobia e racismo. As referências expressam práticas cotidianas alimentadas por influências de origem dos grupos imigrantes, reelaboradas no novo ambiente de vida e trabalho que enriquecem o universo cultural paulista.

Estes eixos balizam os pesquisadores na formulação de diferentes abordagens que agregam cinco grupos sociais de interesse no debate do Minhocão e as seis categorias de referências culturais que estamos utilizando. A seguir são indicadas algumas referências que exemplificam o universo dos eixos e do Inventário Participativo do Minhocão e que estão organizadas a partir das categorias.

A categoria *celebração* diz respeito às festas e rituais feitos para marcar vivências e datas relativas a trabalho, entretenimento, religião ou outras práticas sociais. Dentre as referências culturais nesta categoria destacam-se o Festival Baixo Centro (eixo arte urbana), a Parada Gay (eixo cultura LGBTQ+) e a Festa de Santa Cecília (eixo cultura popular). O Festival Baixo Centro, que ocorreu de 2012 a 2014, constituiu-se em festividade de rua feita de maneira colaborativa, sem hierarquias internas, autofinanciada e sem ligações político-institucionais. Foi uma das primeiras ações independentes de incentivo ao uso do espaço público, formando uma rede de produtores e artistas via chamamento público que promoveram maior interação das pessoas com seus locais de trabalho e moradia. Já a Parada Gay, organizada desde 1997 por um grupo de ativistas LGBTQ+ de São Paulo, surgiu similar a um pequeno bloco de carnaval. Com o passar dos anos, esta manifestação cultural e artística cresceu e, de acordo com os seus organizadores, já chegou a ter mais de 5 milhões de participantes, mudando de lugar para a Avenida Paulista. O evento é anual e organizado pela Associação da Parada do Orgulho de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (APOGLBT). Quanto à Festa de Santa Cecília, essa é comemorada em 22 de novembro, dia da música e dos músicos, uma vez que a santa católica é reconhecida como padroeira da música sacra por ter cantado a Deus no momento de sua morte. Como parte da comemoração de Santa Cecília, durante o mês ocorre a quermesse no largo da igreja e bênçãos especiais são programadas no calendário de missas.

A categoria *edificações*⁷ diz respeito a construções relevantes associadas às representações e narrativas sociais, a móveis integrados e a importantes usos que podem ou não estar vinculados à qualidade arquitetônica e artística. Como exemplo de referências identificadas tem-se o Instituto dos Arquitetos do Brasil/IAB (eixo cultura política), o Teatro de Arena Eugênio Kusnet (eixo cultura política) e as Casas da Vila Adelaide (eixo cultura popular). O edifício que abriga a unidade do Instituto de Arquitetos do Brasil/IAB em São Paulo foi construído entre 1947 e 1950. Ao longo do tempo se constituiu em um lugar de debate e defesa não somente de uma arquitetura progressista, mas também de questões ligadas às lutas sociais. O prédio é um dos registros da arquitetura modernista, cujo projeto coletivo assinam nomes como Rino Levi e Hélio Duarte. Já o edifício do Teatro de Arena, inaugurado em 1955, se destaca pela experiência teatral inovadora, com o deslocamento do palco para o centro do espaço e com a exibição de peças que apresentavam e debatiam a realidade brasileira do momento. O teatro é exemplo de espaço de resistência à ditadura, tendo sido fechado em 1972, e comprado, em 1977, pela atual Funarte. Reviveu seu papel de vanguarda política em 2015, quando abrigou os estudantes perseguidos por forças policiais durante uma passeata do movimento que ocupou as escolas públicas. Outra referência cultural nesta categoria de edificações é um conjunto de casas da Vila Adelaide. A vila é um remanescente dos anos 1920/30 e das formas populares de moradia de um momento anterior à verticalização da área central. Trata-se de conjunto preservado de casas de aluguel que funcionam atualmente como cortiço onde moram os trabalhadores mais pobres do centro. Roupas secando na janela e carrinhos de ambulante na calçada testemunham um pouco desse modo de viver e sobreviver na cidade.

A categoria *expressão* diz respeito às formas como cada grupo comunica a sua cultura, podendo ter sentido religioso e/ou de protesto social, como manifestações lúdicas, musicais, plásticas e políticas, que estão enraizadas no cotidiano dos grupos. Entre as referências culturais já identificadas destacam-se o Esparrama pela Janela (eixo arte urbana), o Pajubá (eixo cultura LGBT+), a ocupação de edifícios vazios (eixo cultura política) e o carnaval de rua (eixo cultura popular). O Esparrama pela Janela é um grupo de teatro criado em 2012, quando os artistas, ao ensaiarem as peças em um apartamento voltado para o Minhocão, notaram a aglomeração de pessoas, frequentadores do Elevado nos fins de semana, assistindo pela janela. Desde então são feitas peças na janela do terceiro andar que vira palco, e o público assiste sentado no asfalto ou de pé. Seus espetáculos abordam questões relacionadas ao Minhocão como a evolução urbana mal

7 Categoria utilizada na metodologia do INRC do Iphan que foi apropriada pelos pesquisadores do Minhocão para o Inventário Participativo.

planejada, a cidade caótica e a ocupação dos espaços urbanos. Outra expressão, o Pajubá, diz respeito ao vocabulário próprio entre alguns grupos LGBTQ+, e usado para designar diferentes ações e situações comuns em sua vivência. A expressão possibilita a comunicação interna dos grupos de modo secreto, favorece a identidade cultural, possuindo raízes diversas, sendo uma mistura entre o português e expressões vindas do vocabulário africano. A ocupação de edifícios vazios foi identificada como uma expressão cultural de natureza política/social que abrange um conjunto de conhecimentos e estratégias políticas constituídas na defesa do direito à moradia dos mais pobres na área central. Consolidou-se a partir dos anos 1990, quando houve um processo parcial de esvaziamento da área central que provocou um estoque imobiliário ocioso formado de hotéis e prédios desativados e casarões abandonados, o que levou à organização de movimentos de trabalhadores que buscam garantir sua permanência no centro. Já o carnaval de rua constitui-se de um conjunto de blocos e bandas organizados para festejar na rua, o que ganhou força em São Paulo a partir de 2010. Dentre os blocos da região destacam-se “Filhos do Santa”, que nasceu das Rodas de Samba do Largo Santa Cecília, o “Espetacular Bloco da Charanga do França”, o “Agora Vai” e “As Virgens do Minhocão”.

A categoria *lugares* diz respeito aos espaços onde se concentram ou se reproduzem práticas culturais coletivas, importantes no cotidiano, nas crenças e no trabalho dos grupos sociais. Foram identificadas nesta categoria as seguintes referências culturais: o Baixo Minhocão (eixos arte urbana e cultura política), o Circuito dos Templos (eixo cultura LGBTQ+) e a Feira de Santa Cecília (eixo cultura popular). O Baixo Minhocão com suas vigas e pilares constitui-se, na perspectiva do eixo arte urbana, como suporte para as mais diversas formas de expressão: são grafites, lambes, pixo, bombs, murais etc. A estrutura do Minhocão também influencia o espraiamento destas expressões no entorno, principalmente nas regiões próximas aos seus acessos. A prática artística ocorre desde o ano de sua inauguração (1971), quando Flávio Motta usou os pilares como uma série de painéis para compor uma sequência cinematográfica destinada à apreciação a partir do ponto de vista do automóvel em movimento. Já para o eixo cultura política, o Baixo Minhocão apresenta-se como referência para a população em situação de rua uma vez que é abrigo das intempéries, principalmente da chuva, ou simplesmente um teto sob o qual dormir. Outra referência de lugar é o Circuito dos Templos, uma rede de estabelecimentos de encontro, lazer e sociabilidade dos grupos LGBTQ+. A terminologia *templos* foi adotada considerando que estes lugares possuem significados para além da festa ou diversão, funcionando como espaços de congregação e de reunião de pessoas. São casas noturnas, cinemas, saunas e baladas, entre outros. Outra referência de lugar é a Feira de Santa

Cecília, que ocorre aos domingos e conta com aproximadamente 160 bancas, comercializando produtos variados como carnes, hortaliças e frutas, produtos de utilidade doméstica, vestuário e prestação de serviços.

A categoria *saberes* diz respeito aos modos de fazer e conhecimentos sobre técnicas ou materiais, ofícios tradicionais que podem ter aspecto prático e/ou ritual. Entre as referências identificadas encontram-se o graffiti e o pixo (eixo arte urbana), a montagem das *drags* (eixo cultura LGBTQ+), o Geledés/Instituto da Mulher Negra (eixo cultura política) e a culinária internacional (eixo multiculturalismo). O graffiti e o pixo são práticas que resultam de conhecimentos semelhantes, permeando ora a ilegalidade, ora o valor de mercado; apresentam resultados estéticos finais distintos, no entanto, compartilham o conhecimento dos sprays e tintas mais adequadas, das formas de subir e escalar muros e prédios, do como fugir da polícia, da territorialidade presente em sua marca/arte e, em alguns casos, do mesmo autor. A montagem das *drags* constitui um saber que envolve penteado, figurino, maquiagem e habilidades de *performance*. Porém, esta prática não se restringe apenas à apresentação como alguém do sexo oposto, mas também requer o aprendizado de técnicas de dublagem e de criação de um personagem com sua própria identidade e personalidade. Em muitos casos, esse processo é transmitido entre as *drags* de diferentes gerações. Outra referência cultural nesta categoria é o Geledés/Instituto da Mulher Negra, uma organização com saberes constituídos na luta e na mobilização pelos direitos humanos e igualdade racial. A experiência de suas fundadoras veio por meio da organização e da luta do movimento negro e feminista, desde os tempos da ditadura militar. Isso faz do Geledés uma referência em direitos humanos desde 1988, quando foi fundado. Já a culinária popular internacional destaca-se como saberes praticados em restaurantes fundados por imigrantes no centro de São Paulo e que servem pratos típicos da culinária peruana, nigeriana, camaronesa, libanesa, dentre outras. Alguns desses restaurantes são estabelecimentos pequenos, em sobrelojas, que não possuem nomes; seus funcionários e frequentadores não falam português e servem pratos rápidos para os trabalhadores da região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O inventário participativo de referências culturais do Minhocão ainda encontra-se em execução, no entanto, é possível alinhar algumas considerações gerais sobre o território em estudo. Em primeiro lugar, observa-se que o Minhocão, passados quarenta anos de sua inauguração, constitui-se em *locus* de uma atividade cultural multidiversificada, fora do mercado, errática e cujo eixo central fundante é a via elevada. Tido hoje

como problema ou fracasso urbanístico, como enfatizam alguns arquitetos-urbanistas, contraditoriamente, o elevado gerou, ao longo do tempo, apropriação e uso social intensos acompanhados de formas de produção de cultura igualmente diversas e complexas. Tratam-se, assim, de duas diferentes formas de representação que envolvem o Minhocão e que entram em choque. De um lado, o consenso do fracasso urbanístico e da cicatriz a maquiagem, a intervir. De outro lado, o olhar que reconhece, nesses quarenta anos, um espaço que sofreu uma ressignificação tornando-se *locus* de intensa atividade cultural, de apropriação e uso social e de vida urbana em sua complexidade.

REFERÊNCIAS

ARTIGAS, Rosa; MELLO, Joana; CASTRO, Ana C. *Caminhos do elevado memória e projetos*. São Paulo: Imesp, 2008.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Manual do INRC. Brasília: DPI/IPHAN, 2000.

_____. *Educação Patrimonial: Inventários Participativos*. Manual de Aplicação. Brasília: DAF/IPHAN, 2016.

LUNA, Francisco V.; MAGALHÃES JUNIOR, Manuelito P. Cicatriz urbana. In: ARTIGAS, R.; MELLO, J.; CASTRO, A. (Orgs). *Caminhos do elevado memória e projetos*. São Paulo: Imesp, p. 7-9, 2008.

SMITH, Neil; A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana local. In: BIDOU-ZACHARIASEN, C. (Org.). *De volta à cidade*. Dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros históricos. São Paulo: Annablume, p. 59-87, 2006.